



RESPONSABILIDADE SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UHE FUNIL

Andreina Del Carmen Camero de Lima

Mestre em Administração
Universidade Federal de Lavras
andreinalima@yahoo.com.br

Flávia Luciana Naves Mafra

Professora Departamento de Administração e Economia
Universidade Federal de Lavras – UFLA
flnaves@gmail.com

Eliza Rezende Pinto Narciso

Mestranda em Administração
Universidade Federal de Lavras
eliza_narciso@hotmail.com

RESUMO

As usinas hidrelétricas são, atualmente, a principal fonte de energia no Brasil. Para sua construção, é necessário, teoricamente, que empreendedores assumam a responsabilidade sobre as implicações decorrentes do empreendimento. A literatura aponta que os atingidos são atores que deveriam participar efetivamente das decisões concernentes à implantação desses empreendimentos, pois são os que sofrem diretamente os maiores impactos. Neste contexto, o objetivo desse trabalho foi identificar e analisar as implicações decorrentes da implantação da usina UHE Funil, na perspectiva dos atingidos. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os atingidos da Comunidade do Funil e os dados tratados por meio de Análise de Conteúdo (Bardin, 2010). Os resultados revelam a existência de diversas implicações, envolvendo aspectos sociais, ambientais e econômicos. Embora os empreendedores promovam ações sociais para minimizar essas implicações, percebe-se que as medidas mitigatórias são insuficientes, pois são pontuais e apenas cumprem com as obrigações legais, deixando de lado aspectos fundamentais sobre os impactos na vida dos atingidos. Conclui-se que concepções essenciais do conceito de RSE (participação, acesso e transparência) são deixadas de lado no relacionamento com os atingidos e que estes atores são excluídos e mantidos numa posição vulnerável durante o processo de implantação do empreendimento. Assim, este trabalho contribui ao apontar que as práticas empresariais se encontram distantes dos discursos éticos e socialmente responsáveis pregados pelas empresas, que, muitas vezes, relegam os interesses e direitos dos *stakeholders* mais fracos.

Palavras-chave: Atingidos por barragens; Impactos; Medidas mitigatórias; Responsabilidade social empresarial; UHE funil.

SOCIAL RESPONSIBILITY IN HYDROELECTRIC DEVELOPMENTS: a case study of UHE Funil

ABSTRACT

Hydroelectric power plants (HPP) are currently the main source of energy in Brazil. For its construction, it is necessary, theoretically, that entrepreneurs take responsibility on the implications of the project. The literature suggests that those who are affected are actors who should effectively participate in the decisions related to the implementation of the projects, as they are the ones who suffer the most impacts. In this context, this study aims to identify and analyze the implications of the implementation of HPP Funil, from the perspective of affected people. Thus, interviews were conducted with the Funil's community and the data was processed using Content Analysis (Bardin, 2010). The results reveal the existence of several implications, involving social, environmental, and economic aspects. Although entrepreneurs promote social actions to minimize the implications, mitigation measures are inadequate, as are occasional and only comply with the law, not considering important aspects about the impacts on the affected lives. We concluded that essential aspects of CSR (Corporate Social Responsibility) are put aside in the relationship with affected people, exposing them to a vulnerable position during a power plant implementation process. This work contributes to point out that business practices are far from the ethical and socially responsible discourse by the companies, which often relegate the interests and rights of the weakest stakeholders.

Key words: Affected by dams; Corporate social responsibility; Impacts; Mitigation measures; Hydroelectric Power Plant Funil.



1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui potencial de exploração de diversas fontes de energia renováveis e não-renováveis, mas elegeu as usinas hidrelétricas como a principal fonte de energia elétrica no país.

A partir da década de 1980, devido às políticas neoliberais e às privatizações, houve um expressivo aumento no número de hidrelétricas. Segundo dados do Anuário Estatístico de Energia Elétrica (Empresa de Pesquisa Energética – EPE, 2013), entre os anos de 2005 e 2012, entraram em operação 43 novas usinas hidrelétricas no país. Além disso, outros 59 empreendimentos ligados à geração de hidroeletricidade estavam em construção em 2012 (Porto, Finamore & Ferreira, 2013). Este aumento também está atrelado à política energética atual, em que esses grandes empreendimentos são quase sempre impostos e justificados pelo Estado e pela iniciativa privada como um meio de progresso e desenvolvimento regional (Kreitlon, 2008).

No entanto, a construção de usinas hidrelétricas está situada em um contexto complexo, que envolve os interesses de diferentes atores. Silva (2007) aponta que os interesses dos atores envolvidos na construção de barragens geralmente se encontram em dois pontos opostos: de um lado encontram-se os empreendedores em busca de lucro e o governo pregando o discurso do desenvolvimento; do outro lado, estão as comunidades atingidas e os movimentos que se posicionam contra tais empreendimentos, tal como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A *World Commission on Dams* (Comissão Mundial em Barragens, 2000) considera que a finalidade de qualquer projeto de barragem deve ser a melhoria sustentável do bem-estar humano, ou seja, um avanço significativo do desenvolvimento humano, com bases economicamente viáveis, socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. No entanto, nem sempre esses fundamentos são seguidos e, apesar das colocações a favor da construção de usinas hidrelétricas, não se pode negar a outra face dessa questão. Piacenti, Lima, Alves, Karpinski & Piffer (2003) assinalam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios.

Apesar de as hidrelétricas serem geralmente apresentadas como promessas de desenvolvimento, existem vários aspectos negativos, e, por muitas vezes, estes podem ser mais relevantes do que aqueles pontos indicados como positivos. Percebe-se que a ideia de desenvolvimento e de responsabilidade social assumida pelo Estado e pela iniciativa privada não inclui em seus cálculos os danos sociais e ambientais causados, e considera que sacrificar comunidades locais e a natureza é um baixo custo a ser pago.

Os principais afetados pela construção de barragens são os moradores das áreas alagadas, os quais são conhecidos na literatura como “atingidos por barragens”, que podem ser considerados como qualquer pessoa que seja, direta ou indiretamente, afetada pelo empreendimento, seja pelo deslocamento físico ou econômico, por perdas materiais e imateriais, independentemente de serem inundados (Vainer, 2008). Entretanto, geralmente essas “[...] pessoas que ocupam os lugares mapeados são quase sempre desqualificadas sob o olhar dos empreendedores [...]” (Nobrega, 2011, p. 136), ou seja, são consideradas como tendo pouca importância e até como empecilhos, em relação aos objetivos dos empreendimentos, sendo as populações locais excluídas dos seus planejamentos (Silva, 2007).

Devido aos diversos impactos que são causados pela implantação de uma barragem, foram criadas leis e normas que regulamentam esses empreendimentos, tais como o processo de licenciamento ambiental e a obrigatoriedade de ações de responsabilidade social (Pinheiro, 2006; Vainer, 2007). No entanto, esses mecanismos legais ainda carecem de aprofundamento e são insuficientes para garantir os deveres dos empreendedores e os direitos dos atingidos (Silva & Moret, 2012). Ao focar especificamente as ações de responsabilidade social adotadas pelos empreendedores, percebe-se que, muitas vezes, o discurso de RSE criado em torno desses empreendimentos busca apenas garantir os interesses empresariais, em detrimento do bem-estar das populações afetadas, desconsiderando o relacionamento ético com os *stakeholders*, por meio do enfraquecimento da participação dos atingidos no processo decisório e pela falta de transparência nas ações empresariais. Assim, Barros & Tenório (2007, p. 49) apontam que há uma “[...]necessidade de olhar a responsabilidade social sob outra ótica”.

Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho foi identificar e analisar as implicações decorrentes da implantação da usina UHE Funil, na perspectiva de atingidos. Mais especificamente, buscou-se analisar essas implicações com base na participação e no acesso e transparência dos atingidos nos processos decisórios do empreendimento, tendo como base a Teoria de RSE.

A Usina Hidrelétrica do Funil está situada entre as cidades de Lavras e Perdões, no sul de Minas Gerais, e representa um desses grandes empreendimentos, promovido pelo governo em parceria com a iniciativa privada, sendo o Consórcio responsável pela usina formado pelas empresas Cemig (49%) e Vale (51%). Esse empreendimento começou a ser construído no ano 2000 e iniciou suas operações em 2003. O seu reservatório



possui 34,71km² de extensão e sua área de impacto abrangeu os municípios de Lavras, Perdões, Ijaci, Bom Sucesso, Ibituruna e Itumirim. As comunidades de Macaia, Pedra Negra e Ponte do Funil foram atingidas diretamente pelo alagamento para formação do reservatório (UHE Funil, 2014). Deve-se observar que, devido aos fins e as possibilidades deste estudo, optou-se por considerar como foco de investigação apenas a nova Comunidade do Funil, localizada no município de Lavras. Essa comunidade é formada pelos moradores da antiga Ponte do Funil, uma área rural no entorno do Rio Grande. Essa região foi completamente inundada pelo enchimento do lago e os moradores foram realocados na nova Comunidade do Funil, construída pelo Consórcio.

Para atender a proposta de pesquisa, este trabalho é composto por, além dessa introdução, referencial teórico, a abordagem metodológica, a apresentação e discussão dos resultados, e por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender o cenário em estudo, apresenta-se, a seguir, uma contextualização sobre os impactos e o processo mitigatório de empreendimentos hidrelétricos e sobre o setor energético no Brasil. Além disso, recorre-se a uma breve revisão teórica sobre o conceito de Responsabilidade Social Empresarial, com o intuito de buscar um embasamento teórico capaz de gerar uma reflexão crítica sobre a problemática de construção de barragens e seus impactos.

2.1 Os impactos e o processo mitigatório de empreendimentos hidrelétricos

De acordo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos próximos anos, está prevista a construção de várias usinas hidrelétricas. Apesar de esses empreendimentos serem geralmente apresentados como promessas de desenvolvimento, os aspectos negativos também estão presentes e, por muitas vezes, podem ser mais relevantes do que aqueles pontos indicados como positivos. Sabe-se que a construção destes empreendimentos pode gerar diversos impactos para as populações locais, acarretando alterações no estilo de vida, ruptura social entre os membros de comunidades, o deslocamento compulsório de populações e mudanças drásticas nos ecossistemas (Silva, Pereira, Borges, Barros & Guimarães, 2013; Maia & Guerra, 2015).

Apesar dos esforços dos empreendedores do setor para tentar diminuir os impactos negativos da construção de barragens, pela omissão dos danos sociais e ambientais que podem ser causados, é inegável que as usinas hidrelétricas causam “[...]alterações de grande porte na natureza[...]” e “[...]transformações radicais na sociedade” (Nobrega, 2011, p. 129).

Piacenti et al. (2003) assinalam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios. Esses impactos podem ser divididos em ambientais, sociais e econômicos. Entre os principais impactos ambientais, estão as mudanças causadas na flora e na fauna, e também sobre os recursos naturais, além das alterações na estrutura física e climática das regiões (Maia & Guerra, 2015). Corroborando, a WCD (2000) afirma que as barragens causaram e ainda causam perdas significativas e irreversíveis a espécies e ecossistemas. Quanto ao aspecto social, os principais impactos são a realocação e as desapropriações, que alteram o perfil da comunidade e o sistema populacional, podendo causar mudanças na cultura e no modo de vida das pessoas. Em relação aos impactos econômicos, aponta-se a injeção de recursos nas áreas atingidas e próximas a estas, devido à construção do empreendimento, mas também o alagamento de espaços produtivos que pode prejudicar a dinâmica econômica local (Piacenti et al., 2003). Além disso, esses empreendimentos que são expostos como programas de desenvolvimento, já são responsáveis “[...]pelo deslocamento compulsório e pelo empobrecimento de cerca de cem milhões de pessoas” (Nobrega, 2011, p. 126).

Assim, a ideia de desenvolvimento não inclui em seus cálculos os danos sociais e ambientais causados, e considera que sacrificar comunidades locais e a natureza é um baixo custo a ser pago para garantir esse desenvolvimento. Ademais, geralmente, “[...]as pessoas que ocupam os lugares mapeados são quase sempre desqualificadas sob o olhar dos empreendedores [...]” (Nobrega, 2011, p. 136), ou seja, são consideradas como tendo pouca importância e até como empecilhos, em relação às ideias de desenvolvimento e progresso trazidas pelos empreendimentos. Silva (2007, p. 2) aponta também que “[...]a articulação do discurso do ‘desenvolvimento’, simbolicamente representado pelas grandes barragens, não foi capaz de incluir as populações locais no seu planejamento”.



As medidas compensatórias, denominadas de ações sociais, são realizadas como forma de minimizar ou neutralizar os danos causados, mas tais medidas não são capazes de atender às demandas das comunidades atingidas, pois ficam estritamente a cargo de critérios legais muito genéricos e que concentram o poder de decisão nas mãos das empresas. A avaliação de impactos sociais só é realizada após a definição do empreendimento, o que demonstra a ausência de preocupação com as questões sociais e da adequação socioambiental do empreendimento (Bermann, 2007).

Além disso, Paula Soares (2004) aponta que há contradições nos discursos das organizações. Segundo ela, o discurso explicitado pelas empresas propõe “[...]atitudes éticas com relação ao meio-ambiente, ao trabalhador e aos demais *stakeholders* da empresa”, porém, nem sempre o discurso que as organizações pregam representa suas práticas reais, havendo a predominância do interesse do capital sobre o social (Paula Soares, 2004, p. 10). Assim, Nogueira (2007, p. 21) afirma que “[...]as questões sociais são colocadas em segundo plano nesse processo de tomada de decisões, elas passam a ser um ‘problema’ e as soluções propostas, na maioria dos casos, não favorecem a população”. Ou seja, as comunidades sofrem os maiores transtornos causados pelos impactos das hidrelétricas, tendo suas rotinas modificadas principalmente pela mudança no uso dos recursos naturais e do seu território, além das perdas sociais e simbólicas (Nogueira, 2007; Silva, 2007).

Cabe ressaltar ainda que, apesar de existirem vários mecanismos legais que regulamentam a implantação desses empreendimentos, tal como a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama, que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - Rima para fins de licenciamento ambiental, tais documentos têm uma orientação mais voltada para a dimensão ambiental e abordam, de maneira rasa, o aspecto social. Além disso, é possível observar que os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/Rima) são elaborados pelas empresas de consultoria como ferramentas de propaganda do empreendimento, “[...]afastando-se de seu objetivo de ser um levantamento dos impactos a fim de que os mesmos possam ser mitigados, ressarcidos, compensados ou reparados” (Vainer, 2008, s.p.). Nascimento e Pereira (2010) indicam que os mecanismos de regulamentação para mitigação e compensação dos impactos sociais sofridos pelos atingidos por barragens ainda são deficientes, sendo, por isso, necessárias alterações na legislação que possibilitem o menor dano possível para essas populações e melhores condições de compensação pelas perdas econômicas, sociais e ambientais.

Outro ponto que merece destaque é o descaso por parte dos empreendedores do setor em relação às populações atingidas pelas barragens, não havendo a participação efetiva dessas populações nos processos decisórios (Bermann, 2007; Vainer, 2007; Zhouri & Oliveira, 2007), ou seja, os principais interessados desse contexto são excluídos das decisões.

Nesse sentido, percebe-se que, muitas vezes, a iniciativa para minorar os impactos causados advém dos próprios empreendedores, pois, para obter o EIA-Rima, os responsáveis pela construção da barragem necessitam especificar medidas mitigatórias que compensem esses impactos. No entanto, essas iniciativas não representam medidas pautadas nos interesses dos atingidos e nem são eficazes na mitigação dos danos sofridos por eles, pois têm como principal preocupação apenas o cumprimento dos requisitos legais para a obtenção das licenças necessárias para o funcionamento do empreendimento (Silva & Moret, 2012).

2.2 O setor de energia elétrica no Brasil e os atingidos por barragens

O Brasil possui potencial de exploração de diversas fontes de energia renováveis e não-renováveis, mas as usinas hidrelétricas foram eleitas como a principal fonte de energia elétrica no país e representam cerca de 66% da capacidade instalada, com participação de, aproximadamente, 75% do total de geração de energia elétrica (EPE, 2013).

As usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil no final do século XIX (Foschiera & Thomaz Júnior, 2012), a partir de investimentos privados, com o intuito de atender à demanda por energia elétrica, e podem ser classificadas como grandes projetos de investimento, que se apropriam de recursos naturais e humanos sob a lógica estritamente econômica (Silva & Silva, 2011). No entanto, foi apenas entre os anos 1930 e 1980, por meio de investimento público direto do Estado em infraestrutura e na produção de bens e serviços essenciais, que houve um aumento e se consolidou a oferta de energia, que visava manter o parque industrial, permitir a urbanização e também possibilitar o acesso da população a serviços públicos (Lima, 2012; Pase & Rocha, 2010). Posteriormente, com a crise dos anos de 1980, o Estado se viu



impossibilitado de continuar com os investimentos públicos no setor, levando ao declínio do desenvolvimentismo (Lima, 2012). A partir dessa década, sob a influência do neoliberalismo, o Estado passou a implementar políticas de privatização, transferindo para as empresas privadas a responsabilidade pelo setor de energia elétrica (Bastos, 2003). Essa transferência se dá pelas concessões e permissões do Estado para que a iniciativa privada possa explorar as usinas, geralmente com a formação de consórcios entre empresas públicas e privadas, o que acarretou um aumento nos investimentos e na quantidade de empreendimentos no setor (Colito, 2000; Leturcq, 2007; Zhouri & Oliveira, 2007).

Além do grande número de barragens já existentes no Brasil, atualmente há uma tendência de aumento na quantidade de empreendimentos desse tipo, por meio de recentes incentivos do Estado, tal como o Programa de Aceleração do Crescimento, que buscaram expandir o setor elétrico e a hidroeletricidade, com a finalidade de garantir a produção energética do país (Colito, 2000; Leturcq, 2007; Porto, Finamore & Ferreira, 2013; Zhouri & Oliveira, 2007).

Cabe destacar que esses grandes empreendimentos são quase sempre impostos e justificados em nome do progresso, do desenvolvimento regional e o bem-estar das comunidades, mesmo com as discussões acerca dos aspectos negativos do aumento de usinas hidrelétricas no território nacional. Grandes projetos hidrelétricos, tais como Itaipú, Tucuruí, Uruguai e Belo Monte, foram concebidos de acordo com a visão a de propiciar energia elétrica para desenvolver socialmente o país, apesar dos imensos impactos causados ao meio ambiente e às populações atingidas, indicando a presença de visões divergentes (Colito, 2000).

Como afirmou Nobrega (2011, p.128), esses grandes empreendimentos não se constituem em uma “tecnologia neutra”, mas estão situados no campo da política, o qual é marcado por um grande conflito de interesses que abrange, principalmente, a apropriação de recursos naturais e a desapropriação dos ocupantes das terras desejadas pelos empreendimentos. Ainda segundo o autor, “[...]estes conflitos situam os interessados na construção das barragens e as pessoas que ocupam os territórios visados pelos empreendimentos propostos em campos opostos” (Nobrega, 2011, p. 128).

Os principais afetados pela construção de barragens são os moradores das áreas alagadas, os quais são conhecidos na literatura como atingidos por barragens. Segundo Nobrega (2011, p. 126), os atingidos por barragem estão incluídos em um grupo que é designado pela autora como “refugiados do desenvolvimento”, “[...]termo que designa as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por grandes obras de infraestrutura [...]”.

Segundo Vainer (2008), por muito tempo, os empreendedores de projetos hidrelétricos de interesse público tinham o direito de desapropriação e suas ações eram limitadas à indenização, tratando-se de uma questão meramente territorial ou baseada em uma concepção hídrica.

Para as agências multilaterais, tais como o *International Financial Corporation*, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o conceito de atingidos não se atrela somente a uma questão territorial ou hídrica, mas relaciona-se a concepção dos empreendimentos como causadores de mudanças sociais. Assim, o conceito de atingidos abrange qualquer pessoa que passe por algum tipo de deslocamento físico ou econômico, ou que seja afetada pela “[...] desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)” (Vainer, 2008, p. 5). Ademais, o autor cita que, com base na literatura acadêmica atual, também podem ser considerados como atingidos, os proprietários ou as comunidades a jusante da barragem, independentemente de terem sido inundados.

No entanto, apesar dos avanços na concepção sobre os atingidos por barragens e das regulamentações que condicionam os empreendimentos hidrelétricos, o que se observa na prática é que no tratamento desses grupos ainda prevalece uma abordagem baseada nas concepções territorial e hídrica, desconsiderando-se princípios essenciais da responsabilidade social desses empreendimentos em relação aos atores mais vulneráveis desse contexto.

2.3 Responsabilidade Social Empresarial: uma perspectiva crítica

Durante as últimas décadas, houve um grande aumento na preocupação sobre a responsabilidade social empresarial (Van Aaken, Splitter & Seidl, 2013). Moysés Filho, Rodrigues e Moretti (2011) assinalam que devido às novas pressões sociais, existe uma necessidade por parte das organizações de justificarem sua atuação social, pois a sobrevivência dessas organizações depende da sua relação com os seus *stakeholders* (Daher, Oliveira, Cals & Pontes, 2007). No entanto, destaca-se que, apesar de uma longa história de envolvimento corporativo com a sociedade por meio da filantropia, a principal função



de uma corporação ainda continua sendo a geração de lucro, o que limita um real engajamento das empresas com as questões sociais mais amplas (Banerjee, 2014).

Na realidade, há uma tentativa de comprovar uma postura organizacional condizente com as demandas da sociedade, pela adoção de práticas e políticas permeadas por conceitos, tal como a ética e a transparência, havendo na verdade uma adaptação da lógica capitalista ao contexto atual (Van Aaken, Splitter & Seidl, 2013; Daher et al., 2007). Autores indicam ainda que a preocupação maior é com a imagem da organização, que deve demonstrar, acima de tudo, o compromisso com a sociedade (Moysés Filho, Rodrigues & Moretti, 2011).

Os autores supracitados apontam ainda que as organizações têm vários motivos para aderir à ideia da responsabilidade social. O primeiro motivo apontado é a questão estratégica, que percebe a RSE como uma oportunidade para os negócios; o segundo motivo seria a ética dos negócios em si, a qual compreende as organizações “[...]como agentes morais e portadoras de uma ética empresarial[...]”; e por último a visão sistêmica, que propõe que as organizações se envolvam com seus vários públicos de interesse (Moysés Filho, Rodrigues & Moretti, 2011, p.207). Para Paula Soares (2004), o que leva as organizações a assumirem uma postura de obtenção de lucros com responsabilidade é a possibilidade de as partes interessadas (*stakeholders*) se mobilizarem e fazerem retaliações caso uma organização desobedeça às regras básicas na sua relação com a sociedade. Já outros autores mais críticos apresentam uma postura cética em relação às motivações e às ações sociais das corporações, apontando que as organizações são agentes políticos situados em espaços onde ocorrem uma luta pelo poder, a qual se dá por meio da criação de valores e significados em prol dos interesses do grupo dominante (Medeiros & Borges, 2010).

Machado Filho (2006, p. 24) exprime o conceito de RSE como “[...]decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente”. Enquanto Moysés Filho, Rodrigues e Moretti (2011) apresentam a seguinte definição para RSE, indicando aspectos que deveriam definir as ações responsáveis das organizações, mas que nem sempre são colocados em prática:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona, pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e, culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (p.208).

Apesar da pluralidade de definições, de maneira geral, todos envolvem aspectos como a ética e moral, acesso e transparência das relações e das informações, além da noção de respeito quanto aos direitos, valores e interesses de todos os envolvidos (Menezes, Dias & Gomes, 2010; Souza, Azevedo & Nóbrega, 2012). O conceito de ética e moral está ligado à noção de ações que visam fazer o bem. No campo organizacional, refere-se à adoção de uma postura de “[...]cumprimento da legislação e normas, cumprimento de contratos e compromissos, a concorrência leal e livre, o não uso negativo de *lobby* e subornos”. Em relação à transparência, refere-se “[...]à clareza, completude e *timing* de comunicação, com seus públicos internos e externos” (Bardagi & Scacchetti, 2014, p. 3), facilitando o acesso dos *stakeholders* a informações importantes que possibilitem a compreensão por parte desses atores sobre as políticas e ações da empresa (Pinho, Xavier, Santos & Rodrigues, 2012).

Porém, na visão de Cederström e Marinetto (2013), a RSE tem se preocupado mais com aspectos práticos e, principalmente, com a empresa e seu desempenho, em detrimento ao contexto mais amplo e as questões macrossociais. Deste modo, é preciso ressaltar que, apesar da responsabilidade social empresarial ter se concretizado nas teorias da administração, várias objeções são feitas ao conceito, como as ações estarem muitas vezes limitadas aos relatórios anuais e ao exagero nas ações filantrópicas apenas com a intenção de melhorar a imagem e reputação da empresa, ao invés de ser uma filosofia que orienta suas ações regularmente (Cederström & Marinetto, 2013; Mitra, 2013).

Ademais, deve-se considerar que, apesar das empresas adotarem práticas de responsabilidade social, isso não significa que elas estejam levando mais a sério o seu papel político e social, mas está mais relacionado a uma mudança ideológica ligada a um novo espírito do capitalismo, em que uma das funções centrais da ideologia é justamente tornar invisível as contradições existentes entre as atividades empresariais e noção de bem social (Cederström & Marinetto, 2013). Deste modo, os autores apontam que o papel da RSE vai além de uma propaganda utilizada pelas empresas para melhorar sua imagem, mas também que a RSE busca manter a legitimidade do capitalismo e das atividades empresariais



(Casagrande & Lavarda, 2015). Segundo Costa e Carvalho (2005, p. 1), as motivações que levam as empresas a adotarem a RSE, “[...] sejam elas instrumentais ou morais – refletem um processo social de legitimação organizacional e evidenciam a existência de categorias de poder implícitas nas relações entre os atores sociais[...]”, em que o poder é o meio para “resolver conflitos de interesses”. Esse processo é capaz de garantir consenso, obediência e adesão, sem que seja preciso o uso de formas mais coercitivas e visíveis de poder (Marens, 2013). E é justamente por meio de tais ações que as empresas obtêm licença para exercer também ações que causam danos para a sociedade, pois, por meio dos discursos de RSE, as corporações se justificam eticamente, com a promessa de que, eventualmente, em algum ponto, suas ações irão levar a algo bom (Cederström & Marinetto, 2013; Scherer & Palazzo, 2011).

No caso específico de construção de usinas hidrelétricas, é possível perceber esse tipo de posicionamento, pois os atingidos têm sido usados apenas como meio para que a empresa alcance seus objetivos (Campos, 2006), desprezando noções básicas, tais como acesso, transparência e efetiva participação, que deveriam estar sempre presentes nas negociações desse tipo de empreendimento. Belal, Cooper e Roberts (2013) ressaltam que é justamente por meio de práticas mais éticas e transparentes que as empresas podem contribuir para os objetivos de desenvolvimento das comunidades mais vulneráveis, como os atingidos.

Porém, os atingidos não participam da decisão das medidas mitigatórias, não têm acesso a informações relevantes sobre o processo e a falta de transparência dos impactos. Assim, a mitigação dos impactos causados não é realizada de forma adequada, deixando para as populações afetadas o pesado fardo de conviver com mudanças irreversíveis, sendo os atingidos obrigados a recomeçar suas vidas em condições, muitas vezes, totalmente distintas das anteriores e sem nenhum apoio. Assim, os *stakeholders* mais vulneráveis desse contexto são incapazes de obter uma reparação adequada em relação às suas necessidades e as suas preocupações são praticamente ignoradas (Belal, Cooper & Roberts, 2013; Mayes, Pini & Macdonald, 2013).

Portanto, infere-se que a adoção de práticas de responsabilidade social ocorre mais como uma estratégia que busca manter o poder e a legitimidade das corporações, mediar conflitos e atender requisitos legais, do que por uma postura realmente ética (Scherer & Palazzo, 2011). Deste modo, as práticas de RSE são empregadas estrategicamente para garantir os interesses das corporações em diferentes esferas (Cederström & Marinetto, 2013). Assim, a RSE se apresenta na verdade como “uma tentativa de sistematizar e operacionalizar a gestão dos conflitos entre empresas e sociedade”, por meio de um falso “[...] compromisso com a ética e com os interesses de outros atores[...]” (Kreitlon, 2008, p.86), e não como ações efetivas, que deveriam prezar pelo bem-estar social, pela participação e pelo acesso e transparência da sociedade nas decisões empresariais.

3 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um estudo qualitativo, com o propósito de identificar e analisar as implicações decorrentes da implantação da usina UHE Funil, na perspectiva de atingidos. Mais especificamente, buscou-se analisar essas implicações com base na participação e no acesso e na transparência dos atingidos nos processos decisórios do empreendimento, com base na Teoria de RSE.

Para atender ao objetivo proposto, a pesquisa foi realizada em três fases: revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Inicialmente, a realização de uma revisão bibliográfica sobre o tema auxiliou na fundamentação teórica, propiciando bases para a construção dos pressupostos iniciais desta investigação, além de contribuir para a categorização teórica no desenvolvimento do questionário de pesquisa e, posteriormente, para a análise dos dados coletados. Em seguida, a análise documental buscou reunir informações sobre o empreendimento em estudo, levantando as obrigações legais do consórcio, as etapas de implantação da usina e o discurso dos empreendedores, bem como auxiliar na compreensão da realidade dos atingidos. Por fim, a pesquisa de campo se deu por meio de visitas à Comunidade do Funil, para a realização de entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Foram considerados, como sujeitos da pesquisa, os atingidos pela barragem do Funil, incluindo aqueles que são representantes de associações locais, residentes na Comunidade do Funil, considerando-se o conceito de Vainer (2008).

Cabe destacar que a escolha por essa comunidade, se deve ao fato de ter sido identificado, durante a pesquisa de campo, um grande número de ações (intervenções) implementadas pelo consórcio nesta comunidade em comparação com as demais, representando assim uma fonte de dados mais relevante para o



foco desta pesquisa. Portanto, optou-se por realizar um estudo de caso sobre a Comunidade do Funil, buscando conhecer com mais profundidade tal realidade, pois, conforme Moresi (2003), pesquisas desta natureza são adequadas quando a compreensão do contexto social e cultural é elemento importante para uma pesquisa complexa e de natureza social.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com questionário semiestruturado com os atingidos pertencentes à Comunidade do Funil. As entrevistas buscaram identificar a visão dos atingidos sobre questões relacionadas aos objetivos deste trabalho e foram gravadas com a anuência dos entrevistados e, posteriormente, transcritas para fomentar a realização das análises.

O critério de inclusão de entrevistados foi por conveniência e/ou acessibilidade, segundo interesse e disponibilidade de participar da pesquisa. Também foi utilizado o método bola de neve, solicitando aos indivíduos já entrevistados que indicassem outros atores que poderiam participar da pesquisa (Alencar, 1999).

Para delimitar o número de participantes na pesquisa, foi adotado o princípio de saturação, em que o número de entrevistados foi delimitado quando as informações se tornaram repetitivas. Assim, o total de entrevistas realizadas foi 16, sendo 12 atingidos e 4 atingidos representantes de associação. Para garantir o anonimato dos entrevistados, não serão utilizados seus nomes, sendo estes identificados apenas por ordem numérica.

A técnica de análise utilizada no tratamento dos dados das entrevistas foi a Análise de Conteúdo. Para realização da análise, foram utilizadas as orientações e etapas propostas por Bardin (2010). Desta forma, na primeira etapa de análise prévia do material foram definidos dois grandes grupos para realizar a sistematização dos dados: 1) processo de implantação do empreendimento; e 2) implicações decorrentes do empreendimento para os atingidos e a comunidade. No primeiro grupo, foram destacadas as informações a respeito da história contada pelos atingidos sobre a chegada do empreendimento na região, o processo de negociação e as diversas ações adotadas pelo Consórcio em relação à comunidade; no segundo grupo enfocaram-se especificamente as implicações causadas pelo empreendimento. Na segunda etapa, de análise exploratória, foram definidas as categorias de análise, que emergiram tanto da teoria quanto do conteúdo das entrevistas, formando assim uma grade mista de análise. As categorias de análise definidas foram: a) participação; e b) acesso e transparência.

A figura 1 demonstra como emergiram as categorias utilizadas para a análise dos dados, de acordo com o referencial teórico adotado pela pesquisa e com as principais questões relacionadas às categorias utilizadas nas entrevistas:

Categorias de análise	Autores relacionados	Principais questões relacionadas
Participação	Belal, Cooper & Roberts (2013); Bermann, 2007; Vainer, 2007; Zhouri & Oliveira, 2007	<ul style="list-style-type: none">• O (a) sr. (a) participou de alguma etapa da implantação da UHE Funil? Se sim, como?• O senhor poderia contar como foi o processo de implantação da usina, descrever como foram as negociações, a realocação das pessoas? Contar um pouco dessa história?• Na sua opinião, quais foram as contribuições da implantação da UHE Funil para esta comunidade? Trouxe algum problema?
Acesso e Transparência	Menezes, Dias & Gomes (2010) Souza, Azevedo & Nóbrega (2012) Bardagi & Scacchetti (2014)	<ul style="list-style-type: none">• Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?• Foram realizadas reuniões e audiências públicas?• As negociações foram individuais ou coletivas? Teve ajuda de algum profissional?

Figura 1: Categorias de análise

Fonte: Elaborado pelas autoras

Na etapa final, as implicações identificadas foram organizadas considerando os aspectos social, ambiental e econômico, e analisadas sob uma perspectiva crítica, utilizando como base as categorias anteriormente definidas e o suporte teórico da abordagem de Responsabilidade Social Empresarial.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico buscou identificar as principais implicações causadas pela construção da UHE Funil, pela percepção dos atingidos, tentando assim descrever as mudanças decorrentes desse processo.

4.1 Apresentação dos Resultados

Mediante a análise das entrevistas, foi possível identificar as principais implicações causadas pela implantação do empreendimento para os atingidos. É preciso ressaltar que, apesar de haver na teoria diversas classificações e divisões das implicações causadas por esse tipo de empreendimento, neste trabalho optou-se por não utilizar uma classificação específica e nem dividir as implicações em grupos. Isso se deve ao fato de que a pesquisa se fundamentou na perspectiva dos atingidos e como esses atores não expressaram em seus depoimentos nenhum tipo de classificação teórica específica, definiu-se que as análises levariam em conta os termos expostos pelos atingidos de acordo com sua realidade, buscando trazer de forma fidedigna suas percepções sobre as implicações desse processo.

A principal implicação, voltada para o aspecto econômico, foi em relação ao trabalho, sendo que dos 16 entrevistados, 14 comentaram sobre o tema. Os relatos indicaram que houve uma diminuição no número de postos de trabalho na região, principalmente pelo fato de que o enchimento do lago causou uma separação entre as áreas da comunidade onde vivem os atingidos e das grandes fazendas, onde muitos trabalhavam anteriormente.

O resto trabalhava em roça, perderam o emprego, tem gente que tem que atravessar de barco pra trabalhar longe em fazenda... (atingido 9).

Os que viviam de pesca aqui, não estão mais aqui, não tem condições de sobrevivência. [...] basta dizer que muita gente deixou de morar aqui, venderam as casas que ganharam porque não tinha condição de serviço (atingido 2).

Também ocorreram mudanças quanto ao tipo de trabalho, principalmente para aqueles que trabalhavam na roça ou com a pesca. Esses atingidos se viram obrigados a assumir outros tipos de trabalho e até modificar totalmente suas rotinas, trabalhando nas cidades próximas. Alguns entrevistados apontaram ainda que os seus meios de subsistência e sua renda também foram afetados devido às áreas inundadas e pela mudança para a comunidade, pois muitos tiravam da própria terra os alimentos e as matérias-primas para seu trabalho, pois, como apontam Piacenti et al. (2003) e Nobrega (2011), a construção de uma usina gera impactos que modificam totalmente os espaços produtivos, devido ao alagamento de grandes áreas.

[...] fazia balaio lá na margem do lago, tinha um sítio lá onde eu morava, lá tinha várias moitas de bambu e eu trabalhava e tinha minha fonte de renda e aquilo ali com uma pequena horta que eu plantava, eu tirava o combustível com aquela pequena horta, fazia feira, o meu carro chefe era os balaios, aí eu vendia os balaios e saía líquido aquele lucro e hoje, infelizmente, aquela matéria-prima não tem mais, essa era a facilidade que tinha lá (atingido 4).

Piorou, piorou! Porque onde nós morava nós tinha um pedacinho de terra, e ali nós tinha de tudo, tinha mangueira na horta, laranja, goiabeira, tinha limoeiro; Criava muita galinha, tinha um frango pra comer não precisava de comprar, tinha verduras e aqui hoje tudo é na base do dinheiro (atingido 11).

Ainda em relação ao trabalho e a renda, é importante comentar e reforçar a insuficiência dos Programas de Reativação Econômica em propiciar uma alternativa de trabalho e sustento para os atingidos. De acordo com as falas dos entrevistados, pode-se inferir que as atividades propostas não se adequaram a realidade local e são incapazes de gerar uma renda suficiente para os associados. Devido à ineficácia desses programas, o Consórcio buscou recompensar os membros das associações com a doação de cestas básicas mensais, representando uma medida que busca minimizar as perdas sofridas pelos atingidos em relação ao trabalho e a renda, criando uma relação de dependência entre associados e consórcio.



A gente começou trabalhando com ela doze pessoas, depois não tava entrando dinheiro foi afastando tudo mundo e ficamos em quatro [...] Como esse trabalho não estava dando renda, falei assim o que vamos fazer, as meninas sempre falava que não entrava dinheiro, que precisavam trabalhar, que precisava de ganho, que só tinha o salário disso, que o esposo também reclamava (representante de associação 2).

Outro aspecto atrelado à questão do trabalho e renda que merece destaque é o comércio local, o qual foi comentado por dois entrevistados que trabalham no setor. Eles apontaram que após a construção da barragem, houve uma queda no comércio local, principalmente pela mudança de local e pela perda do ponto turístico e símbolo da comunidade (a ponte e o rio). Os pequenos mercados dependiam das compras dos moradores da região, que antes tinham pouco acesso à cidade e ali compravam tudo aquilo que precisavam. Já os comércios voltados para o turismo, tais como os bares e restaurantes, não possuem mais os mesmos atrativos turísticos, pois vários ficaram distante das margens do lago.

Por exemplo, eu que tinha o meu comércio na beira da água, ele deveria me dá um novo comércio na beira do lago, entendeu? Porque hoje eu não tenho acesso de lancha não tenho acesso de nada aqui no meu bar (atingido 6).

Outra implicação identificada em relação ao aspecto econômico foi vista como positiva pelos atingidos e refere-se à valorização das terras da região, devido à formação do lago e o seu potencial turístico, o que gerou um aumento na construção de casas para aluguel de fim de semana e a criação de loteamentos, apontando que tal situação permitiu uma fonte de renda alternativa para alguns dos atingidos. No entanto, é preciso destacar que esse fator favoreceu poucos atingidos que tinham propriedades maiores e às margens do lago, sendo que apenas seis entrevistados comentaram sobre esse benefício. Os demais atingidos, provavelmente por não terem casas ou lotes próximo ao lago, não usufruem de tal vantagem para obter renda extra.

Só melhorou porque lá loteou, muita gente no final de semana, muitas casas. [...] lá tá alugado direto (atingido 12).

Porque pintou muitas construções bacana ai na beira da represa, valorizou os terrenos aqui [...] (atingido 6).

Também cabe destacar que apesar do potencial turístico e suas diversas possibilidades de exploração após o enchimento do lago, alguns entrevistados relataram que mesmo com algumas melhorias, essa opção tem sido mal explorada, pois não há incentivos e nem estrutura adequada para seu aproveitamento, além da extinção de outros pontos turísticos naturais, impactando tanto a questão econômica, como refletindo também em implicações sociais e ambientais.

A questão da infraestrutura do turismo que precisa melhorar, sei lá, talvez asfaltar essa estrada, fazer uma marina ali, uma coisa que possa atrair o turista. Que a gente atraia o turista porque a gente tinha a cachoeira, era uma beleza natural [...] Hoje não tem infraestrutura. Hoje o turismo até hoje não tem (atingido 7).

Em relação aos aspectos sociais, a principal implicação, apontada por 14 dos entrevistados, foi a mudança na rotina e nos meios e modos de vida. Ficou evidente que a construção da barragem e a ida para a Comunidade do Funil representaram uma grande transformação na vida dos atingidos. Isso se deve primeiramente ao fato de que a maioria dessas pessoas vivia em sítios e era acostumada com a vida rural, passando a viver depois em uma comunidade sob a lógica de área urbana, em casas com um espaço mais limitado e tendo que conviver com vizinhos que antes não tinham, além da presença de pessoas de fora da região e da comunidade. Também identificou-se uma mudança quanto às relações sociais entre essas pessoas. Apesar de a comunidade reunir os atingidos quanto à proximidade física, houve um afastamento e uma desunião entre estes após a ida para a comunidade, provavelmente pelo aspecto citado anteriormente. Esses resultados são corroborados pela visão de Piacenti et al. (2003), de que as realocações geralmente modificam o perfil da comunidade e o seu sistema populacional, podendo causar alterações na cultura e no modo de vida das pessoas.



A gente vivia esparsa ao longo do rio, então você tinha afinidade aqui, ali. Hoje não, hoje você é obrigado a ter afinidade com todo mundo. Então começa a gerar conflito. Teve uma fase na comunidade de todo mundo ser inimigo de todo mundo, entendeu? O cara morava longe, de repente você tem um vizinho ali do lado te olhando (atingido 7).

Então mais gente de fora, gente de São Paulo, Lavras, outros lugares. Então modificou muito. A tarde uma hora dessas só tinha os moradores ali da região da Ponte do Funil (atingido 10).

Alguns entrevistados apontaram que também houve uma perda de raízes para os atingidos, ocasionada tanto pela mudança de local quanto pela mudança em aspectos simbólicos, como a cultura local e as tradições, apontando que a realocação não causa apenas mudanças físicas, mas também desestrutura as relações remanescentes e as práticas desses atores, além de gerar uma ruptura social (Nobrega, 2011; Vainer, 2008). Percebe-se ainda que houve um grande abalo emocional para os atingidos, com passagens que relatam o medo e o receio da mudança, que pode estar relacionado ao fato de os atingidos não terem conhecimento de quais seriam as mudanças em suas vidas. E mesmo com tantas implicações e danos causados aos atingidos, cabe destacar que estes apontaram que não tiveram nenhum tipo de auxílio ou acompanhamento de profissionais, como psicólogos.

Nó, mudou tudo! Mudou completamente! Eu vi muita gente triste lá, pessoal mais velho principalmente. Perdeu a raiz do lugar, lá era muito bonito. [...] Foi um impacto social imenso, [...] Eu vi muita gente chorar, em toda a extensão do lago. [...] Não foi nenhum psicólogo nada, pra falar com a gente (atingido 9).

A religiosidade, por exemplo, perdeu um pouco. Tudo isso passou por transformações (atingido 7).

Ah, problema trouxe né, o sofrimento de todo mundo até amadurecer a ideia, muita gente chegou a chorar, lamentar as suas raízes e tal [...] (atingido 3).

Apesar dos impactos negativos relatados acima, os entrevistados também apontaram fatores positivos após a construção da barragem. Cerca de 35% dos entrevistados identificaram a melhoria nas condições de vida e maior facilidade de acesso a serviços sociais básicos como fatores positivos. Esses aspectos estão relacionados à melhoria das moradias na nova comunidade e com a construção de escola, posto de saúde e criação de uma linha de transporte público para a comunidade. Esse impacto positivo está atrelado a ações que o consórcio se propôs a realizar, como a construção das novas casas para os atingidos, e também a sede da escola e do posto de saúde, além das parcerias com a prefeitura para a prestação de serviços na comunidade.

É as mudanças que eu te digo é que melhorou numas coisas, por exemplo, ônibus e o problema esses servicinhos que tem ai também né agricultura, pescaria, o artesanato deles, o posto médico, escola né? Que por exemplo quando nois morava lá na ponte mesmo pra estudar nois tinha que andar longe e agora não aqui tá tudo ai, entrou na porta da sala saiu na da cozinha, ai melhorou (atingido 11).

Além dessas implicações, alguns relatos também demonstraram que houve uma preocupação por parte do consórcio com a questão ambiental, provavelmente pela legislação relacionada a essa dimensão nos processos de licenciamento ambiental. Na época da implantação da usina foram realizadas ações voltadas para proteger a fauna e a flora, como a remoção de animais. Até os dias atuais também existem ações voltadas para os impactos ambientais causados na região, como a contenção de erosões e desmoronamentos. Mas, vale citar que todas essas medidas são critérios legais. Tal aspecto fica evidente na fala do atingido 8 ao expor que os empreendedores pareciam se preocupar mais com os animais do que com as pessoas, comportamento que provavelmente se justifica pela maior quantidade de leis e exigências ambientais do que critérios voltados para as questões sociais dos atingidos.

[...] foi uma abordagem curiosa, participei de reuniões e foi muito divertido porque se preocupavam com macaco, com passarinho, com a cobra, depois de muito pelear com tudo, é gastaram um pedacinho do tempo deles pra perguntar sobre a gente, eu acho muito



curioso dentro da minha terra é eu não ser a peça principal do ambiente, isso é outra colocação muito interessante (atingido 8).

Outra coisa, eles ficam de cima, qualquer desmoronamento que dá em torno da represa, porque passa muito barco, lancha, ou talvez até ação do vento também, tá havendo alguma erosão, eles tão correndo em cima, vai lá, contratou uma empresa, coloca uma rede, coloca pedra, então eles tão acompanhando (atingido 1).

Mas, apesar das ações do consórcio, é impossível evitar que um empreendimento que afeta uma área tão grande não cause impactos sobre o meio ambiente. O principal problema ambiental identificado pelos entrevistados refere-se à diminuição da quantidade de peixes após o enchimento do lago. Vários entrevistados relataram que na época do rio havia peixe com fartura, sendo que muitas pessoas na região viviam da pesca ou tinham a pesca como meio de ajudar na própria subsistência da família, afetando também economicamente essas pessoas.

Hoje a parte de pesca fracassou né, porque cria peixe, não é tão boa assim a criação, não pesca porque aqui não dá peixe, nessa represa aí não dá peixe, você arma aí trezentos, quatrocentos metros de rede e pega um quilo de peixe, isso aí acabou, a pesca acabou (representante de associação 2).

Eu mexia com pesca lá na ponte, dava peixe demais! Ai alagou, formou o lago e destruiu tudo tanto pra cima quanto pra baixo, o rio pra baixo e pra cima... mas a barragem matou mais de vinte toneladas de peixe lá, foram fazendo cratera deste tamanho lá e jogando os peixes lá, foi o negócio mais triste do mundo e eles abafaram e não deixaram ninguém entrar (atingido 9).

Destaca-se que, apesar de representar um dos grandes impactos do empreendimento e da preocupação com as questões ambientais no mundo atual, esse aspecto foi pouco citado pelos entrevistados, não se revelando como uma preocupação para os atingidos que tinham pouco conhecimento a respeito do tema.

4.2 Discussão dos resultados

Os relatos apresentados comprovam os fatos expostos na literatura por vários autores sobre os impactos da implantação de usinas hidrelétricas (Silva, et al., 2013; Piacenti et al., 2003; Nobrega, 2011; Colito, 2000; Vainer, 2008). Porém, mais relevante do que apenas corroborar com a literatura existente, as falas demonstram uma exclusão dos atingidos do processo decisório acerca das ações desse tipo de empreendimento. Para Silva (2007), o planejamento realizado pelas corporações ainda não é capaz de articular a inclusão desses atores na tomada de decisão, demonstrando que as práticas atribuídas como responsabilidade social desprezam um dos principais elementos atrelado ao conceito, a participação dos *stakeholders* (Cederström & Marinetto, 2013; Mitra, 2013). Um exemplo claro disso é a ocorrência de transformações tão profundas na vida dos atingidos, que pode ser relacionada justamente ao fato de que no planejamento desses empreendimentos, geralmente não são levados em conta os aspectos sociais e há uma exclusão dos atingidos em decisões que deveriam definir a melhor forma de realocá-los e na definição de critérios e medidas mitigatórias capazes de realmente minimizar os danos sofridos, garantindo o mínimo de transtorno possível para essas populações (Silva, 2007). Como afirma Nobrega (2011), esses atores são desqualificados pelos empreendedores e vistos como empecilhos aos seus interesses, sendo assim privados de participar dos processos que definem a implantação das usinas.

É possível perceber por meio dos relatos que também faltou acesso à informação e transparência quanto aos impactos sociais, econômicos e ambientais que seriam causados pela construção. Maia e Guerra (2015) indicam que, por serem vistos como entraves aos interesses da empresa, os atingidos têm acesso ao mínimo de informação sobre o empreendimento, apesar da previsão de audiências públicas que são obrigatórias durante o processo de licenciamento e liberação do empreendimento. As populações atingidas geralmente não conhecem as formas de indenização, os locais de realocação e as demais medidas mitigatórias. Pelas entrevistas, infere-se que muitos dos atingidos não imaginavam as mudanças que sofreriam em suas vidas e nem as alterações ambientais decorrentes da implantação da barragem (principalmente em relação à pesca). Havia ainda boas expectativas em relação à vinda da barragem para a



região, tais como o aumento da renda e novas oportunidades de trabalho e do turismo, mas que ao final do processo não correspondiam com a realidade que lhes foi imposta.

De forma geral, é possível concluir pelos relatos dos entrevistados, que o consórcio adotou diversas ações (apontadas como RSE) voltadas para os atingidos da Comunidade do Funil. No entanto, deve-se destacar que tais ações buscaram, principalmente, atender às demandas legais impostas por órgãos reguladores para a liberação do empreendimento e garantir a sua aceitação perante a sociedade (Marens, 2013; Mayes, Pini & Macdonald, 2013), sem ter uma real preocupação com os impactos decorrentes na vida dos atingidos (Bermann, 2007). Confirma-se tal perspectiva pelo fato de que, em vários momentos, as falas desses atores revelaram que as ações e medidas mitigatórias implementadas pelo consórcio foram incapazes de minimizar os impactos e reestabelecer os meios e modos de vida dos atingidos. Portanto, por meio deste estudo específico (e que pode ser estendido para outros casos similares), é possível constatar que, assim como afirmaram Banerjee (2014) e Scherer e Palazzo (2011), as teorias e práticas de RSE atuais não têm sido suficientemente fortes para restringir os efeitos nocivos de algumas atividades corporativas.

Outro ponto relevante é que as percepções aqui apresentadas também podem ser relacionadas à insuficiência das regulamentações do setor, que, geralmente, favorecem ou deixam brechas para os empreendedores, tal como conceder poder às concessionárias e permissionárias para desapropriar os atingidos sob a justificativa de utilidade pública, reduzindo o problema social a uma questão meramente indenizatória (Bermann, 2007; Vainer, 2007). Além disso, os mecanismos legais não pontuam quais são as responsabilidades dos empreendedores e nem os direitos das populações afetadas. Esses e outros fatores contribuem para estruturar as disparidades e as injustiças nesses processos, por meio de negociações pautadas pela desigualdade de participação e de acesso a recursos e informações, falta de transparência quanto às ações empresariais (Marens, 2013; Mayes, Pini & Macdonald, 2013; Belal, Cooper & Roberts, 2013).

Nesse sentido, Fleming, Roberts e Garsten (2013), Cederström e Marinetto (2013) e Mitra (2013) corroboram com essa visão, afirmando que há um descaso, tanto por parte das empresas como dos representantes governamentais, em relação às dimensões éticas da atividade econômica empresarial perante a sociedade. Ademais, como já apontado por Paula Soares (2004) e claramente evidenciado neste estudo, cabe ressaltar que os discursos de RSE pregados pelas empresas encontram-se distantes de suas práticas, ignorando os pressupostos básicos dessa concepção e fazendo prevalecer o interesse econômico, em detrimento do social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas têm sido largamente criticadas nos últimos anos devido aos prejuízos sociais e ambientais de suas ações, fazendo com que sua legitimidade seja continuamente questionada. Assim, há uma tentativa de influenciar ou modificar a percepção dos *stakeholders* e a opinião pública, buscando legitimar a conduta empresarial. Nesse sentido, cada vez mais as empresas têm incorporado práticas pautadas na noção de Responsabilidade Social como uma maneira de atingir seus objetivos, manter sua boa imagem e camuflar aspectos indesejados sobre as práticas empresariais.

A construção de uma usina hidrelétrica é uma situação complexa, que envolve diversos impactos e várias partes, em especial, empreendedores e atingidos. Diante deste cenário de interesses divergentes e implicações irreversíveis, este trabalho buscou investigar essa realidade, tendo como objetivo geral identificar e analisar as implicações decorrentes da implantação da UHE Funil, na perspectiva dos atingidos, utilizando noções básicas do conceito de RSE como participação, acesso e transparência.

Conforme Piacenti et al. (2003), essas implicações podem ser ambientais, sociais e econômicas. Apesar de nas falas dos entrevistados não haver essa categorização é possível identificar, a partir desta divisão, os impactos sofridos pelos atingidos.

As implicações ambientais percebidas pelos atingidos dizem respeito principalmente a transformação do ambiente e a diminuição dos peixes na região. Pode-se verificar que os impactos ambientais foram pouco discutidos pelos entrevistados, devido à falta de conhecimento sobre o assunto, tendo partido do consórcio a preocupação com a conservação da fauna e flora local devido a aspectos legais e adequações ambientais do empreendimento.

Sobre os aspectos sociais, a implicação foi originária da adoção de medida migratória, a partir da transição do meio rural para o meio urbano, derivando desta a modificação das relações sociais dos atingidos e a perda de aspectos simbólicos daquela comunidade. Apesar do acesso a serviços sociais



básicos (saúde, educação, habitação e transporte) ter sido mencionado pelos entrevistados como um aspecto positivo, percebe-se que o consórcio se preocupou apenas com a mudança de espaço físico e não mensurou adequadamente as modificações sociais que a nova estrutura social traria para os atingidos.

Quanto às implicações econômicas, é possível perceber a partir dos relatos dos atingidos, a diminuição dos postos de trabalho, a extinção de atividades econômicas características da região, como, por exemplo, a pesca e a agricultura, a diminuição do comércio local e alteração do cenário turístico da região. Quanto à postura do consórcio, os entrevistados apontam que as ações adotadas direcionam para subsídios, à criação de programas de reativação econômica e medidas assistencialistas, que caracterizam uma relação de dependência entre atingidos e consórcio.

Em todos os relatos surgiram referência ao fato de a implantação do empreendimento ter modificado a rotina, o estilo de vida e o tipo de trabalho/emprego, e que muito pouco foi feito no sentido de reestabelecer essa rotina, acarretando problemas de adaptação, sendo que os impactos decorrentes da implantação da barragem na região permanecem até os dias atuais.

As ações sociais e medidas mitigatórias adotadas pelo Consórcio não foram suficientes para minimizar os danos causados para os atingidos, nem reestabelecer seus meios e modos de vida. Percebe-se que essas ações são pontuais e apenas cumprem com as obrigações legais impostas a esse tipo de empreendimento, deixando de lado aspectos fundamentais sobre os impactos na vida dessas pessoas. Pelos relatos é possível afirmar que as ações do consórcio não foram condizentes com as preocupações expressas pelos atingidos, revelando a precária participação desses atores nas tomadas de decisão, provocando conflitos e não atingindo as suas expectativas.

Cabe destacar também que, o consórcio realizou um processo de negociação unilateral, com critérios e padrões de indenização estabelecidos pelos próprios empreendedores, o que impossibilitou maior acesso às informações sobre a implantação do empreendimento e sobre os direitos dos atingidos. Deste modo, os atingidos não participaram e não participam efetivamente de decisões sobre as ações do consórcio, o que revela a falta de transparência sobre o processo, as decisões e suas implicações. Assim, a minimização dos impactos causados não foi realizada de forma adequada, deixando para os atingidos o pesado fardo de conviver com mudanças irreversíveis e recomeçar suas vidas em condições distintas das anteriores.

Além disso, percebe-se que a legislação atual do setor é inadequada e tem sido utilizada de maneira falha, em especial nas questões de licenciamento ambiental e obtenção do EIA-RIMA, em relação ao estabelecimento de medidas eficazes para a mitigação dos impactos sofridos pelos atingidos. Portanto, uma contribuição deste trabalho é que se verifica a necessidade de rever e aprimorar os critérios para o licenciamento desses empreendimentos, além de buscar proposições de novas regulamentações e políticas públicas para o setor, e também ações de RSE por parte das empresas, que sejam capazes de garantir uma adequada mitigação dos impactos e melhores condições de vida para as populações atingidas por barragens, superando a visão generalista dos critérios legais que contribuem para a concentração do poder de decisão apenas nas mãos das empresas.

O caso analisado neste estudo comprova que os discursos do desenvolvimento e de RSE que acompanham as usinas hidrelétricas não conseguem incluir as populações locais em seu planejamento (Silva, 2007), adotando ações que são incapazes de atender aos anseios e necessidades dos atingidos. Comprova-se a existência de um contexto com divergência de interesses entre as partes envolvidas e de uma ação política que busca tornar invisíveis os conflitos entre os atores, complementado por uma articulação entre a exclusão das populações locais do planejamento das ações e da priorização de um discurso de RSE que privilegia interesses corporativos, levando os atores mais vulneráveis a sofrer as maiores perdas em termos culturais, sociais, econômicos e ambientais nas regiões onde são implantados esses empreendimentos, e que, ainda assim, garantem uma legitimidade - nem tão legítima, à ação empresarial. Deste modo, conclui-se que alguns aspectos essenciais do conceito de RSE (participação, acesso e transparência) são deixados de lado no relacionamento com os atingidos e que estes atores são excluídos e mantidos numa posição vulnerável durante o processo de implantação do empreendimento. Assim, este trabalho também contribui ao apontar que as práticas empresariais encontram-se distantes dos discursos éticos e socialmente responsáveis pregados pelas empresas, que, muitas vezes, relegam os interesses e direitos dos *stakeholders* mais fracos. Além disso, comprova-se que a RSE tem sido utilizada mais como ferramenta estratégica e não como uma filosofia norteadora das organizações e suas ações. Isso demonstra uma imensa necessidade de se repensar a RSE à luz de uma visão mais crítica, refletindo sobre seus verdadeiros princípios e intenções no âmbito organizacional e para a sociedade.



REFERÊNCIAS

- Alencar, E. (1999) *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras: Ufla.
- Banerjee, S. B. (2014) A critical perspective on corporate social responsibility: towards a global governance framework. *Critical perspectives on international business*, 10(1/2), 84-95.
- Bardin, L. (2010) *Análise de conteúdo* (1977). Lisboa (Portugal): Edições.
- Bastos, F. D. M. (2003) *Neoliberalismo e a recente política de privatização no Brasil: o caso da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal SA–RFFSA*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Belal, A. R., Cooper, S. M. & Roberts, R. W. (2013) Vulnerable and exploitable: the need for organisational accountability and transparency in emerging and less developed economies. *Accounting Forum*, 37(2), 81-91. June.
- Bermann, C. (2007) Impasses e controvérsias da hidroeletricidade. *Estudos avançados*, 21(59), 139-153.
- Barros, R. P. M. & Tenório, F. G. (2007) Responsabilidade social: valor corporativo ou individual? o caso do consórcio de alumínio do Maranhão. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1(1), 46-65.
- Campos, T. L. C. (2006) Políticas para stakeholders: um objetivo ou uma estratégia organizacional?. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(4), 111-130.
- Casagrande, R. M. & Lavarda, E. E. F. (2015) Convergências teóricas entre a governança corporativa e a sustentabilidade sob a perspectiva da legitimidade. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(2), 88-101.
- Cederström, C. & Marinetto, M. (2013) Corporate social responsibility á la the liberal communist. *Organization*, 20(3), 416-432.
- Colito, M. C. E. (2000) A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço-comunidades rurais ameaçadas pela UH de Jataizinho-Rio Tibagi/Pr. *Serviço Social em Revista*, 2(2), 275-258.
- Costa, A. D. & Carvalho, J. L. F. (2005) Legitimando papéis ou conciliando interesses? A reprodução discursiva da responsabilidade social empresarial. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*.
- Daher, W. M., Oliveira, M. C., Cals, B. O. & Ponte, V. M. R. (2007) responsabilidade social corporativa segundo o Modelo de Hopkins: um estudo nas empresas do setor energético do Nordeste Brasileiro. *RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1(1), 31-46.
- Empresa de Pesquisa Energética - EPE (2013) *Anuário estatístico de energia elétrica*. Rio de Janeiro.
- Fleming, P., Roberts, J., & Garsten, C. (2013) In search of corporate social responsibility: Introduction to special issue. *Organization*, 20(3), 337-348.
- Foschiera, A. A. & Thomaz Júnior, A. (2012) A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 14(2), 17-26.
- Kreitlon, M. P. (2008) *O discurso da responsabilidade social empresarial ou a lógica e a retórica da legitimação: um olhar sob o campo do petróleo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Leturcq, G. (2007) A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil. *Anais do Encontro Latino-americano Ciências Sociais e Barragens*, Salvador, BA, Brasil, outubro.
- Lima, S. C. (2012) *Reforma do Estado e o setor de infraestrutura no Brasil durante o período 1990-2002*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil.
- Machado Filho, C. P. (2006) *Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações: responsabilidade social, instituições, governança e reputação*. Pioneira Thomson Learning.



- Maia, R. E. F., & Guerra, G. A. D. (2015) Populações locais e hidrelétricas: o caso de duas localidades atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 10(20).
- Marens, R. (2013) What comes around: the early 20th century American roots of legitimating corporate social responsibility. *Organization*, 20(3), 454-476.
- Mayes, R., Pini, B., & McDonald, P. (2013) Corporate social responsibility and the parameters of dialogue with vulnerable others. *Organization*, 20(6), 840-859.
- Medeiros, C. R. O. & Borges, J. F. (2010) Ceticismo e pragmatismo, ambiguidades e contradições: o olhar do estudante de administração para a responsabilidade social corporativa. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 4(3), 32-52.
- Menezes, U. G., Dias, V. V., & Gomes, C. M. (2010) O paradigma sustentável e a formulação de estratégias empresariais para a competitividade. *Gestão & Regionalidade (Online)*, 26(78).
- Mitra, R. (2013) Book review: reassessing corporate social responsibility for the hyper-global network society: centering communication. *Organization*, London, 20(3), 477-485.
- Moresi, E. (2003) *Metodologia da pesquisa*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 108.
- Moysés Filho, J. E., Rodrigues, A. L. & Moretti, S. L. A. (2011) Gestão social e ambiental em pequenas e médias empresas: influência e poder dos stakeholders. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, 17(1), 204-236.
- Nascimento, K. A. & Pereira, J. L. G. (2010) Desenvolvimento e culturas locais: a visão dos moradores sobre a construção da hidrelétrica de Baguari – MG. *Anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte*, Belém, PA, Brasil.
- Nobrega, R. S. (2011) Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, 19(36), 125-143.
- Nogueira, N. D. (2007) *A Usina hidrelétrica Cachoeira do Emboque-MG: o significado da barragem para os atingidos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.
- Pase, H. L. & Rocha, H. J. (2010) O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. *Revista Debates*, Porto Alegre, 4(2), 32.
- Paula Soares, G. M. (2004) Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!? *RAE- eletrônica*, São Paulo, 3(2), 1-15.
- Piacenti, C. A., de Lima, J. F., Alves, L. R., Karpinski, C., & Piffer, M. (2003) Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, (104), 103-123.
- Pinheiro, D. D. C. (2006) *Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais: o caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Pinho, F. S. N., Xavier, E. C. D., Santos, V. M., & Rodrigues, S. (2012) Transparência e responsabilidade empresarial: uma análise dos sites das 500 maiores. *Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho*, Fortaleza, 9(1). Recuperado em novembro, 2014 de <<http://felipepinho.com/index.php/artigos/110-transparencia-e-responsabilidade-empresarial-uma-analise-dos-sites-das-500-maiores>>.
- Porto, M. F. S., Finamore, R. & Ferreira, H. (2013) Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, (100), 37-64.
- Resolução Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986* (1986) Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Recuperado em 22 setembro, 2014 de <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>.



- Scherer, A. G. & Palazzo, G. (2011) The new political role of business in a globalized world: a review of a new perspective on CSR and its Implications for the firm, governance, and democracy. *Journal of Management Studies*, Oxford, 48(4), 899-931.
- Silva, A. M. (2007) Barragens: controvérsias ambientais, sociais e simbólicas. *Anais do Encontro Latino-americano de Ciências Sociais e Barragens*. Salvador, BA, Brasil, outubro.
- Silva, L. L. C. & Moret, A. S. (2012) Impactos sociais de hidrelétricas e a necessidade de legislação para o remanejamento. *Hidro&Hydro*, Itajubá, (54), 1 6-25.
- Silva, R. A., Pereira, J. A. A., Borges, L. A. C., Barros, D. A. & Guimarães, J. C. C. (2013). Análise do processo de licenciamento ambiental do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. *Revista Científica ANAP Brasil*, 6(8), 12-28.
- Silva, R. G. S. & Silva, V. P. (2011) Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento olhos d'água em Uberlândia-MG. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 23(3), 397-408.
- Souza, I., Azevedo, R. R., & Nóbrega, C. V. (2012) Responsabilidade social como ação cidadã? desmascarando a prática discursiva de uma nova exigência da ética de mercado social. *Revista Labor*, (7), 1.
- UHE Funil.(2014) *A usina*. Recuperado em 31 março, 2014 de <<http://www.ahefunil.com.br/home/>>.
- Vainer, C. B. (2008) Conceito de atingido: uma revisão do debate. In F. D., Rothman (Org.). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*, 1, 39-63.
- Vainer, C. B. (2007) Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, 21(59), 119-137.
- Van Aaken, D., Splitter V. & Seidl, D. (2013) Why do corporate actors engage in pro-social behaviour? A Bourdieusian perspective on corporate social responsibility. *Organization*, London, 20(3), 349-371.
- World Commission On Dams - WCD. (2000) *Dams and development: a new framework for decision-making*. Berkeley.
- Zhour, A. & Oliveira, R. (2007) Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & sociedade*, Campinas, 10(2), 119-135.

Data da submissão: 01/03/2016

Data da publicação: 30/04/2016